



CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO V S.A.

CNPJ/MF nº 31.469.641/0001-13

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais)		Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023		Demonstrações de resultados (Em milhares de reais)					
Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Receita operacional líquida	17	15.179	
Circulante			Passivo			Custo do serviço de energia elétrica	18	12.478	
Caixa e equivalente de caixa	7	458	6.483			Custo com energia elétrica			
Concessionárias	8	1.792	1.546	Fornecedores	13	18.948	23.155	(1.994) (2.403)	
Impostos a compensar	9	1	-	Impostos a pagar	9	270	214	(1.994) (2.403)	
Despesas antecipadas	11	63	54	Outras contas a pagar	15	377	115	(7.551) (10.330)	
Total		2.314	8.083	Total		19.595	23.484	5.634 (255)	
Não circulante			Não circulante			Lucro bruto			
Partes relacionadas	10	-	4.158	Partes relacionadas	10	978	118.990		
Imobilizado	12	144.397	147.163	Provisões	14	324	203		
		144.397	151.320	Outras contas a pagar	15	4.759	4.605		
Total do ativo		146.711	159.404	Total do passivo e patrimônio líquido		6.061	123.799		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Total do passivo e patrimônio líquido		25.656	147.283		
Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)									
	31/12/2023	31/12/2022							
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Luvo antes do imposto de renda e da contribuição social	6.507	(846)		Outras contas a pagar	(407)	(719)			
Depreciações e amortizações	4.062	4.026		Caixa proveniente das atividades operacionais	10.389	8.037			
Juros provisão desmantelamento	25	210		Imposto de renda e contribuição social pagos	(455)	(415)			
Atualização monetária	(351)			Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	9.934	7.622			
Ajuste a valor presente de arrendamentos	912	42		Fluxo de caixa das atividades de investimento					
	11.155	3.432		Adapção ao imobilizado	(849)	(1.019)			
Variações em:				Baixa de imobilizado					
Concessionárias				Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(849)	497			
Impostos a compensar				Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Despesas antecipadas				Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.025)	5.600			
Adiantamento a fornecedores				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	458	6.483			
Fornecedores				Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	6.483	882			
Impostos a pagar				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Partes relacionadas									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)									
	31/12/2023	31/12/2022							
1. CONTEXTO OPERACIONAL									
A Central Solar Pereira Barreto V ("Companhia" ou "PB V"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em setembro de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto V, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fóra da Rodovia SP 563, Sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. 1.1. Autorização do Parque Solar Pereira Barreto V: Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em setembro de 2018 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar: Pereira Barreto V, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto V iniciou sua operação comercial em 19 de novembro de 2021.									
Empresa									
Usinas									
Modalidade									
Otorga									
Estado									
Capacidade instalada (MW)									
Energia assegurada (MM)									
Data do inicio da operação									
Autorização / Registro									
Início	06/05/2019								
Término	05/05/2054								
1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ (18.259), devido pagamentos aos fornecedores referentes à conclusão da construção do parque solar. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) geração de caixa através da operação comercial que teve seu inicio em novembro de 2021, (ii) se houver necessidade aporte de capital da holding.									
2. BASE DE PREPARAÇÃO:									
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar重大 significativa sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de junho de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 21 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que exigem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.									
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO									
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desse forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.									
4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS									
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 12). • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 14); • Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 14); • Receita operacional líquida: (ajuste da receita) provisões para determinação da receita conforme sua geração, com dados da geração efetiva (nota explicativa nº 17); • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 24).									
5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS									
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor do mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos ate a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber só são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos direta e indireta atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas da hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas, por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solar e depreciações pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo não circulante são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. e) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados os valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ate a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. g) Provisões para desmantelamento: São constituidas quando existe uma obrigação de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontra-se constituidas provisões de destaque natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujetas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. h) Dividendos e juros sobre capital próprio: De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apesar o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excessivos ao dividendo mínimo obrigatório, conforme regra a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento da dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento da sua deliberação, mesmo que não seja aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. i) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. j) Operações de arrendamento: No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou não um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou receitas relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrap									

